



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas

Jornal da Universidade / 5 de junho de 2024

Artigo | Aragon Dasso Jr., Diogo Demarco e Pedro Costa, da Administração Pública e Social, apontam a relação entre a transferência da gestão dos serviços públicos para entes privados e as falhas de prevenção e resposta à catástrofe

*Foto: Flávio Dutra/JU

A tragédia climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, por sua amplitude e profundidade em termos das crises humanitária, social, econômica e ambiental, suscita muitas discussões acerca das suas causas, dos seus responsáveis e, principalmente, de como situações assim poderão ser enfrentadas no futuro.

Dentre as questões que permeiam o debate está o papel do Estado e a participação da sociedade civil no enfrentamento emergencial à tragédia. E aqui se percebe um misto de oportunismo político e falta de compromisso com a verdade e a ciência de setores, sobretudo da extrema direita, que procuram utilizar a situação para legitimar suas crenças e posições de que o Estado e a Administração Pública só atrapalham, impedem a sociedade e os voluntários de atuarem em prol dos atingidos.

Este artigo defende o contrário, ao destacar e afirmar o papel central do Estado nas ações de socorro e reconstrução. É inegável que o sucateamento de décadas de hegemonia do pensamento neoliberal fragiliza as condições de enfrentamento à crise, e essa estrutura precisa ser recomposta e qualificada não só para o apoio imediato mas, sobretudo, para o processo de reconstrução.

A falta de capacidade e preparação do Estado, manifestado nas ações (ou na falta delas) de governos em todas as suas esferas, está diretamente ligada ao desmonte generalizado das estruturas e funções estatais, perpetrado nas propostas neoliberais que emergiram no Brasil a partir do final do século XX.

Do ponto de vista da Administração Pública e dos interesses da sociedade civil, esse conjunto de ações do que se pode chamar de desmonte do Estado impacta duplamente no tipo de tragédia climática e de eventos extremos que passaram a ser frequentes e cada vez mais catastróficos. O predomínio desse ideário de Estado mínimo traz consequências à capacidade de ação do setor público – seja de legislar, tributar, regular ou de agir diretamente com políticas públicas – em situações críticas.

A ideia de Estado mínimo está associada às causas das mudanças climáticas, em lugar de procurar enfrentá-las e revertê-las. Assim, os esforços de muitos agentes públicos de socorro e as ações de emergência a partir dos eventos mostram-se limitados, dado o sucateamento do ponto de vista material e humano da Administração Pública, revelando outras camadas já conhecidas de falta de planejamento e de investimento público.

O rumo de ações privatistas precisa ser interrompido urgentemente para viabilizar a ação do Estado. O enfrentamento da tragédia precisa partir da capacidade de ação do Estado e do Fundo Público por ele administrado. Administradores públicos precisam estar à altura desse desafio, particularmente aqueles que precisam sair da condição confortável de demonizadores do próprio Estado e de vendedores de patrimônio público para cumprirem a função republicana a que foram eleitos.

O Estado não pode nem deve perder sua capacidade de implementar diretamente políticas públicas. Não basta formulá-las e repassá-las para a execução do setor privado, sob o argumento de que fará o papel de regulador. A transferência da gestão dos serviços públicos para empresas privadas (privatizações, concessões, terceirizações, etc.) faz com que o mercado passe a ser o dono da agenda pública.

Esse fato pode gerar um grave problema: a captura do regulador (ente regulador de um determinado serviço público) pelo regulado (empresa privada responsável pela prestação de um determinado serviço público). O ente regulador é capturado quando passa a confundir o interesse público com os interesses do ente privado que é por ele regulado.

Nos últimos dias, ex-diretores do extinto Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) de Porto Alegre, do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), também de Porto Alegre, e da recentemente privatizada CORSAN, do estado do Rio Grande do Sul, firmaram um Manifesto, em conjunto com outros especialistas na área, sugerindo medidas a serem adotadas para reforçar o Sistema de Proteção Contra Inundações de Porto Alegre e facilitar o processo de vazão das águas que ora atingem a cidade. O mais estorrecedor no Manifesto é que os signatários afirmam que o atual sistema é “robusto, eficiente e fácil de manter”, mas que não está operando por falta de manutenção.

A recuperação e o fortalecimento da atuação do Estado como executor de políticas públicas não significam, contudo, que se desvalorize a participação e o controle social que podem e devem exercer a sociedade civil. A diversidade de vozes, propostas e leituras sobre as mudanças climáticas, suas causas, impactos e formas de enfrentamento precisa pautar as decisões e ações do Estado para dar conta de uma questão tão interdisciplinar quanto o enfrentamento da crise.

Por fim, é importante sublinhar a necessidade de valorização e reconhecimento da ciência como vetor central que deve orientar a ação pública, tanto para prevenção e socorro quanto para planejamento futuro de uma vida sustentável, em todas as suas dimensões. O conhecimento científico brasileiro, produzido majoritariamente nas universidades, e especialmente nas públicas, já deu provas, durante a pandemia, de que é valioso e decisivo para lidar com grandes crises e contribuir para o combate das questões de escala macro, em estreita colaboração com o Estado.

Ainda que as universidades públicas convivam com ataques permanentes a sua autonomia, é essa sua condição que pode garantir uma pauta de pesquisa orientada pelas grandes questões do nosso tempo, sem subordinação a interesses privados. É nós estamos de prontidão e trabalhando para cumprir essa missão de colaborar para a restauração das condições de vida justas e sustentáveis no Planeta.

Aragon Érico Dasso Jr. é docente no curso de Administração Pública e Social, Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração da UFRGS.
Diogo Joel Demarco é docente no curso de Administração Pública e Social, Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração da UFRGS.
Pedro de Almeida Costa é docente no curso de Administração Pública e Social, Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração da UFRGS.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Movimento de plataformação do trabalho docente



Carta aos leitores | 05.06.24



Para repensar a infraestrutura urbana



Sobre inundações, ou a importância do urbanismo

:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



Movimento de plataformação do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

INSTAGRAM

JornalDaUniversidadeUFRGS
@jornalDaUniversidadeUFRGS

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram